



Ministério das Comunicações Agência Nacional de Telecomunicações

Concurso Público
Nível Superior

Aplicação: 19/11/2006

CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO

CURSO DE FORMAÇÃO



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, verifique se ele contém oitenta itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 80.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 A duração da prova é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (Datas Prováveis)

- I **19/11/2006**, após as 13 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva do curso de formação: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.
- II **20 e 21/11/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **8/12/2006** – Resultados finais do curso de formação e do concurso: Diário Oficial da União e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2006 – ANATEL, de 11/5/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/anatel2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE UnB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 80** se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.
- Sempre que utilizada, a sigla ANATEL referir-se-á, dependendo do contexto, à Agência Nacional de Telecomunicações.
- Os itens devem ser julgados exclusivamente com base nas respectivas apostilas do Curso de Formação, deixando de parte quaisquer outras fontes de consulta.

PROVA OBJETIVA

Acerca da estrutura organizacional da ANATEL, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com a Lei Geral de Telecomunicações, é competência do Ministério das Comunicações a aprovação do Regimento Interno da ANATEL.
- 2 Algumas das superintendências que compõem a estrutura organizacional da ANATEL são: Superintendência de Serviços Públicos, Superintendência de Serviços de Radiodifusão e Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização.
- 3 O órgão máximo da ANATEL é o Conselho Diretor, que é composto por cinco conselheiros, entre os quais um é nomeado presidente da agência.
- 4 Os instrumentos deliberativos da ANATEL são de cinco tipos, a saber: resolução, súmula, arresto, despacho e consulta pública.
- 5 A ANATEL tem um ouvidor nomeado pelo presidente da República. A esse ouvidor compete produzir, semestralmente ou quando oportuno, apreciações críticas sobre a atuação da agência, que são de conhecimento geral.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos procedimentos administrativos estabelecidos no Regimento Interno da ANATEL.

- 6 É impedido de atuar em procedimento administrativo o agente ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- 7 Durante a instrução dos procedimentos administrativos, em nenhuma hipótese poderá ser concedida vista dos autos às partes mediante solicitação informal. A vista dos autos somente será permitida no prazo concedido para manifestação ou interposição de recursos.
- 8 A audiência pública tem por finalidade submeter minuta de ato normativo a comentários e sugestões do público em geral.
- 9 O chamamento público é o procedimento destinado a verificar a situação de inexigibilidade de licitação e a apurar o número de interessados na exploração de serviço ou uso de radiofrequências.

Acerca das competências da ANATEL, julgue os itens que se seguem.

- 10 Duas das competências da ANATEL são gerenciar o uso do espectro de radiofrequências e de órbitas de satélites e elaborar e atualizar as normas relativas à prestação dos serviços de telecomunicações.
- 11 Não compete à ANATEL representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações. Isso compete exclusivamente ao Ministério das Comunicações.

No que se refere a marcos e aspectos históricos da evolução das telecomunicações no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 12 As Constituições de 1946 e 1967 estabeleciam que a exploração dos serviços de telecomunicações, de forma direta ou mediante outorga, era competência da União, dos estados e dos municípios. Isso só foi alterado pela Constituição de 1988, que restringiu tal competência exclusivamente à União.
- 13 O monopólio estatal das telecomunicações que existiu no passado apresentou vários problemas. Dois deles são a ambigüidade na atuação do Estado como empresário e como regulador e uma certa acomodação do setor em função da inexistência de competição.
- 14 A quebra do monopólio estatal nas telecomunicações públicas no Brasil somente foi permitida após a promulgação da Emenda Constitucional n.º 8 de 1995, que eliminou a exclusividade da concessão para exploração dos serviços a empresas sob controle acionário estatal.
- 15 O Ministério das Comunicações teve, desde sua criação, a função de formular as políticas públicas de telecomunicações e desenvolver os processos de outorga de radiodifusão. Contudo, nunca foi sua função regulamentar o setor de telecomunicações e fiscalizar os seus serviços.
- 16 A Lei Geral de Telecomunicações, editada em 1997, é a lei que dispõe sobre a atual organização dos serviços de telecomunicações no Brasil e a criação do órgão regulador das telecomunicações (isto é, da ANATEL).
- 17 Dois marcos importantes da comunicação via satélite no Brasil foram os lançamentos, nos anos 80 do século XX, dos satélites BRASILSAT-1 e BRASILSAT-2, e os lançamentos, nos anos 90, dos satélites BRASILSAT B1 e BRASILSAT B2.

Julgue os itens que se seguem, relativos à Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

- 18 A LGT dispõe sobre os serviços de telecomunicações de maneira geral e também sobre os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.
- 19 A LGT classifica os serviços de telecomunicações em função da abrangência dos interesses a que atendem e quanto ao regime jurídico de sua prestação. Na primeira modalidade, eles são classificados em serviços de interesse coletivo e serviços de interesse restrito; na segunda, em serviços públicos e serviços privados.
- 20 A LGT determina que apenas as operações de telecomunicações qualificadas como serviço público estão sujeitas à disciplina normativa da União e devem ser por esta fiscalizadas. As operações qualificadas como serviço privado não estão sujeitas a essa disciplina ou fiscalização.

Acerca das modalidades de licitação adotadas pelos órgãos públicos, julgue os itens a seguir.

- 21 A licitação busca a garantia do princípio constitucional da isonomia. Assim, as empresas nacionais e estrangeiras poderão concorrer sem distinção. Só será privilegiada empresa brasileira de capital nacional quando ocorrer empate.
- 22 Qualquer cidadão poderá acompanhar o desenvolvimento do processo licitatório, podendo até mesmo impedir os trabalhos ao apresentar provas de inadequação de documentos ao longo do processo.
- 23 Os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão seus valores corrigidos pelo índice oficial de inflação do país, com o intuito de preservar o poder aquisitivo da moeda e não prejudicar o andamento das obras ou a prestação de serviços.
- 24 Os pagamentos de despesas vinculadas a prestação de serviços que não ultrapassem R\$ 8.000,00 em sua totalidade serão efetuados até cinco dias úteis após a apresentação da fatura.
- 25 O conteúdo das propostas, antes de sua abertura, será divulgado amplamente pelo órgão. Assim, a licitação não será sigilosa e os atos de seu procedimento serão públicos e acessíveis a qualquer cidadão interessado.

A respeito da regulamentação de contratações da ANATEL, julgue os itens que se seguem.

- 26 O afastamento do licitante não ocorrerá quando for constatado que é possível aferir a sua qualificação e compreender exatamente a proposta por ele apresentada, mesmo que não atenda a exigências formais não essenciais.
- 27 A ANATEL poderá celebrar contratos sem licitação quando o superintendente de administração geral comprovar a necessidade de urgência, independentemente da legislação geral da administração pública.
- 28 Na modalidade de consulta, caberá ao superintendente de administração geral homologar a adjudicação e, assim, determinar a celebração do contrato.
- 29 Para a aquisição de bens ou serviços não comuns, a ANATEL adotará, necessariamente, a licitação na modalidade de consulta e, em caso de incerteza, será aplicada a legislação geral para a administração pública.
- 30 A convocação para consulta, segundo o Regulamento da ANATEL, fixará prazo não inferior a oito dias úteis para os interessados formularem as propostas.
- 31 Na ocasião da celebração do contrato, o vencedor terá de apresentar certidões comprovando a sua situação regular perante as fazendas federal, estadual e municipal, além de regularidade junto à previdência social.

Com relação às modalidades de licitação e contratos, julgue os itens seguintes.

- 32 Uma das modalidades de licitação é o concurso. O concurso ocorre quando os interessados, devidamente cadastrados, apresentam, na fase inicial de habilitação preliminar, os requisitos mínimos para executar o que o edital estabelece.
- 33 Para a realização de licitação na modalidade de concurso há a necessidade de publicação do edital, na imprensa oficial, com antecedência mínima de quarenta e cinco dias.
- 34 A tomada de preços não poderá ser adotada quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço.
- 35 Leilão é a modalidade de licitação utilizada para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos.
- 36 Ao se utilizar o convite como modalidade de licitação, o prazo mínimo até o recebimento das propostas ou a realização do evento será de cinco dias úteis.
- 37 Na concorrência, dispensa-se a apresentação de qualificação econômico-financeira.
- 38 A qualificação técnica exigida para a participação de licitações independe da apresentação de registro do profissional em órgão de classe, quando for o caso.

Acerca da legislação que influencia as licitações e os contratos, julgue os próximos itens.

- 39 A licitação será efetuada no local onde se situar a repartição interessada, salvo por motivo devidamente justificado. Assim, o interessado residente em outra localidade será comunicado por carta e a sua habilitação estará condicionada à apresentação de prova documental de sede ou filial no local onde ocorrerá o certame.
- 40 Um dos documentos exigidos para a habilitação é o comprovante de pagamento de taxas e emolumentos, referentes ao custo da máquina pública para a elaboração, o acompanhamento e a publicação do edital de convocação.

Quanto às características da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 41 O poder decisório é fundamental para que as organizações, públicas ou privadas, alcancem seus objetivos de maneira adequada. Assim, o poder decisório na administração pública é concentrado, o que proporciona agilidade nas tomadas de decisões.
- 42 Para o administrador público, sob a óptica da legalidade, só é permitido o que for juridicamente determinado. Dessa maneira, o servidor público deverá obedecer o que estabelece a legislação e as normas específicas do cargo que ocupa.

- 43** A impessoalidade é afim ao princípio da moralidade, no que concerne à prática de ato administrativo. O ato administrativo deverá ser praticado, sempre que possível, em função do interesse público e não de interesses particulares.
- 44** O princípio da publicidade está vinculado ao princípio da impessoalidade. Assim, a publicidade dos atos administrativos não poderá caracterizar promoção pessoal de agente público.
- 45** O princípio da eficiência é fator decisivo para a manutenção de servidor público em seu cargo. Servidor ineficiente em suas funções poderá ser dispensado.

Acerca dos programas de governo, julgue os itens abaixo.

- 46** Com o intuito de melhorar a visibilidade dos resultados e benefícios dos gastos públicos as ações do governo serão ordenadas sob a forma de programas.
- 47** Um programa de governo é implementado para solucionar problemas existentes ou que podem surgir ao longo do tempo. Assim, o programa será implementado por meio da execução das ações que o compõem.

Os princípios orçamentários estabelecem regras orçamentárias. Dessa maneira, julgue os itens seguintes, relativos a esse assunto.

- 48** O princípio da anualidade estabelece que as receitas e despesas devem referir-se a um período de tempo previamente estabelecido, em geral, um ano. Assim, as receitas de determinado período serão confrontadas com as despesas do mesmo período, para a verificação de *deficit* ou *superavit*.
- 49** O orçamento público de um exercício financeiro deve ser uno. O princípio da totalidade, que deriva do princípio da unidade, preconiza que a coexistência de orçamentos múltiplos poderá ocorrer até a consolidação das informações em um único documento.
- 50** O equilíbrio orçamentário depende do montante de receitas e despesas do exercício financeiro. Dessa maneira, mesmo avaliando as contas do orçamento corrente e de capital, na maioria das vezes, é impossível determinar as causas de desequilíbrios orçamentários.
- 51** O princípio da não-afetação da receita estabelece que todas as receitas devem constar no orçamento em seus valores brutos. Poderá ser utilizada parcela da receita para gastos não previstos, desde que o responsável pelo órgão autorize.

Com relação aos estágios da receita, julgue os itens a seguir.

- 52** A arrecadação é o segundo estágio a ser percorrido pela receita líquida; é o momento em que os contribuintes comparecem perante os agentes arrecadadores.
- 53** O recolhimento de todas as receitas não poderá proporcionar a fragmentação de recursos em caixas especiais. Assim, após o recolhimento, o total de recursos disponíveis para o uso dos gestores financeiros estará disponível financeiramente em conta bancária da União.

A despesa pública representa a aplicação dos recursos dos contribuintes na manutenção das atividades do Estado. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 54** O empenho emana de autoridade competente e cria, para o Estado, a obrigação de seu pagamento. O empenho reserva parcela da despesa destinada a uma atividade específica. O valor do empenho, na maioria dos casos, supera o valor da dotação.
- 55** O pagamento de despesas poderá existir sem a apresentação de documentos processados pela contabilidade. Nesse caso, a autoridade competente apresentará, ao ordenador de despesas, posteriormente, sua justificativa e autorização da unidade gestora para tal atitude.
- 56** Os restos a pagar processados correspondem a despesas que dependem da prestação do serviço ou da entrega do bem. Geralmente são liquidadas e pagas no período subsequente ao de seu fato gerador.
- 57** A liquidação da despesa apura a origem e o objeto que se deve pagar, a importância exata a pagar e identifica a pessoa, física ou jurídica, que receberá o recurso público. Um dos critérios para autorizar a liquidação da despesa, no caso de serviços prestados, é o comprovante da prestação do serviço contratado anteriormente.

Acerca dos sistemas federais de orçamento e finanças, julgue os itens subseqüentes.

- 58** A classificação funcional não contempla a divulgação dos gastos públicos em funções e subfunções. Tal fato prejudica a divulgação final do trabalho executado pelo governo.
- 59** A nota de movimentação de crédito registra as dotações da despesa, referentes aos valores reservados no orçamento, e não permite a transferência de valores entre unidades gestoras distintas.
- 60** Uma das competências das unidades responsáveis pelas atividades do sistema de administração financeira federal é a edição de normas sobre a programação financeira e a execução orçamentária e financeira.

Quanto às normas pertinentes a provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição em cargo público, julgue os itens que seguem.

- 61** A aptidão física e mental, a naturalidade brasileira e o gozo dos direitos políticos são considerados requisitos básicos para a investidura em cargo público.
- 62** A reintegração constitui forma de provimento em cargo público.
- 63** A posse no cargo público dá-se com a assinatura do respectivo termo, no qual devem constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado.
- 64** A reintegração corresponde ao retorno do servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado e decorre de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.
- 65** A remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro.

Considere que determinado servidor seja deslocado do cargo de provimento efetivo, ocupado no quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo poder. Em face dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 66** A hipótese em epígrafe é considerada uma redistribuição e, para tanto, devem ser observados o interesse da administração, a equivalência de vencimento, a manutenção da essência do cargo, entre outros preceitos.
- 67** A legislação em vigor admite que a situação hipotética apresentada ocorra de ofício, para o ajustamento de lotação e de força de trabalho às necessidades do serviço.

Observadas as regras estabelecidas em lei, quanto às férias e licenças dos servidores públicos, julgue os itens que seguem.

- 68** Supondo que certo servidor público gozou férias pela última vez há um ano e quatro meses, é correto afirmar que ele já completou um período aquisitivo de férias, sendo possível acumulá-las por mais um ano.
- 69** Na determinação do período aquisitivo de férias, devem-se incluir os dias de licença e as faltas ao serviço, pois o período aquisitivo se conta em meses e não em dias.
- 70** Admite-se a concessão de licença ao servidor com o objetivo de acompanhar o cônjuge em exercício de mandato eletivo do Poder Legislativo em outro ponto do território nacional, mas, nesse caso, a licença será sem remuneração.
- 71** Se um servidor público estiver de licença em decorrência de doença em pessoa da família, poderá exercer outra atividade remunerada, por tratar-se de situação excepcional admitida em lei.
- 72** Caso um servidor público que ocupa cargo de chefia resolva ser candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções, terá direito a licença se houver incompatibilidade de horário durante o período de campanha eleitoral.

Pedro, servidor público do município de Nova Era, concorreu a cargo eletivo para o qual foi eleito e encontra-se em exercício. Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 73** Supondo que Pedro tenha sido eleito prefeito, permanecerá percebendo as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, desde que não haja incompatibilidade de horário.
- 74** Se Pedro estiver investido no cargo de vereador, e houver incompatibilidade de horário, lhe será facultado optar pela remuneração de servidor público municipal ou pela remuneração do cargo eletivo de vereador.
- 75** Supondo que o mandato eletivo seja de deputado federal, Pedro ficará afastado do cargo.

Considere que um servidor público, no exercício de suas funções, cause dano a terceiro decorrente de ato omissivo. Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 76** Na hipótese considerada, o servidor público responderá à fazenda pública, em ação regressiva.
- 77** Em caso de falecimento do servidor público causador do dano, seus sucessores não responderão pelo dano ainda que no limite do valor da herança recebida, uma vez que a responsabilidade não se estende a pessoa diversa da causadora do dano.

A Lei n.º 8.112/1990 determina que, na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais. Quanto às penalidades disciplinares a que estão submetidos os servidores públicos, julgue os próximos itens.

- 78** Ocorrendo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor estará vulnerável a advertência por escrito ou, em casos mais graves, a suspensão.
- 79** A aplicação irregular de dinheiro público pode ser punida com destituição do cargo em comissão, suspensão ou advertência por escrito, não constituindo hipótese de demissão.
- 80** As penalidades de advertência e de suspensão poderão, na forma da lei, ter seus registros cancelados, com efeito retroativo.

